

POR UMA ANÁLISE HISTÓRICA DAS INTERPRETAÇÕES DA TRANSIÇÃO

Eurelino Coelho*

RESUMO

O artigo propõe questões iniciais para uma investigação histórica da produção acadêmica sobre os últimos anos da ditadura militar e, particularmente, sobre a transição para o regime civil. A hipótese central é de que as posições assumidas pelos especialistas no debate sobre a transição guardam conexões significativas com as posições ocupadas por agentes políticos e grupos sociais que atuavam intensamente naquele contexto, ou seja, que os modos de ver articulavam-se com certas práticas de poder.

ABSTRACT

The article proposes some questions in order to guide an historic research on academic production about Brazilian dictatorship's last years and, particularly, about the transition to the civil regime. Our central hypothesis is that the positions taken by specialists in the debate about transition have important connections with those positions occupied by political agents and social groups that acted with intensity in that context, which means, the ways of seeing and the practices of power were articulated.

* Professor da UEFS, pesquisador do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais (LABELU). Este texto retoma e desenvolve uma comunicação apresentada no III Encontro Estadual de História, organizado pela ANPUH-BA em 2006, e publicada nos anais daquele evento.

HISTÓRIA E CULTURAS

Revista Eletrônica do Mestrado Acadêmico em História da UECE

A longa ditadura militar e o modo como se deu a transição para outro regime político marcam com força a história recente do Brasil. Existe, já, um montante considerável de obras dedicadas à crise do regime militar e à transição, mas ainda não são muitas, por enquanto, as que foram produzidas em oficinas de historiadores. O leitor não terá dificuldade para encontrar bons estudos históricos sobre o golpe, as formas do poder discricionário, as experiências de resistência ou sobre variados temas ligados à cultura, à vida social ou à economia na ditadura, mas o quadro é bem diverso quando se trata da transição¹. Talvez uma maneira de contribuir para aguçar a curiosidade dos historiadores para esta temática seja propor uma leitura, em perspectiva histórica, daquilo que foi produzido por colegas de áreas acadêmicas vizinhas sobre a transição. Os avanços e as limitações das abordagens daqueles colegas, que tal leitura poderia evidenciar, constituem o melhor parâmetro para orientar a formulação de problemáticas férteis de investigação histórica. As linhas que seguem são um esboço nessa direção, um convite.

Um primeiro resultado da observação da produção científica sobre o tema é a constatação da inexistência, até o momento, de esforços sistemáticos de síntese das obras sobre transição. As poucas iniciativas neste sentido são as revisões bibliográficas realizadas por alguns autores nos capítulos iniciais de suas obras². Para efeito de comparação, os estudos sobre o golpe civil-militar de 1964, mais além de uma abundante produção em diferentes disciplinas acadêmicas, já suscitaram sínteses e balanços historiográficos³. O que se pode obter com um olhar compreensivo sobre a produção intelectual a respeito da transição é a perspectiva histórica, a possibilidade de identificar tendências, linhas de desenvolvimento convergentes, divergentes ou paralelas que só se revelam quando observadas sob ângulo aberto. Somente esta perspectiva abre caminho para ver o pensamento (no caso, o pensamento político) como um construto histórico, em devir, e não como algo estático e auto-referente.

¹ Uma exceção importante é o excelente MACIEL, David. *A Argamassa da Ordem. Da ditadura militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo, Xamã, 2004.

² As mais compreensivas encontram-se em MOISÉS, José Alvaro. *Os Brasileiros e a Democracia*. São Paulo, Ática, 1995; KECK, Margaret E. *PT – A lógica da diferença. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*; MENEGUELLO, Rachel. *PT: A Formação de Um Partido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

³ Cf. TOLEDO, Caio Navarro. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*. Campinas: Revan, n°19, 2004; BADARÓ, Marcelo. Os trabalhadores e o golpe de 1964. *História & Luta de Classes*. Rio de Janeiro: ADIA, n°1, 2005; FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, ANPUH, 25, n° 47, jan-jun 2004. Este número da Revista Brasileira de História traz um dossiê com 11 artigos dedicados ao tema do golpe e da ditadura militar.

A centralidade da perspectiva histórica, assumida aqui, representa também um aspecto inovador. Nas mais influentes obras sobre a transição a ausência de historicidade é precisamente uma das características mais importantes. O que se propõe é explorar o pertencimento daquelas análises ao seu próprio tempo, isto é, ao mundo de relações sociais do qual elas são parte e testemunho. Por esta via, o estudo da história do pensamento desemboca no estudo da história dos intelectuais, agentes históricos da cultura e dos projetos políticos.

Deve-se também destacar a relevância histórica do processo de transição em si mesmo como componente indissociável no estudo das interpretações daquele fenômeno. A reorganização do Estado, cujos momentos iniciais coincidem com a constatação da crise do regime e da emergência de movimentos dos grupos sociais subalternos, foi um fenômeno histórico de amplo espectro. Ele envolveu não apenas os agentes políticos formalmente incluídos nas “regras do jogo”, mas todos os segmentos da vida nacional, com intensas reverberações nos campos da cultura, da política e da economia. As disputas em torno da reconfiguração das formas da dominação política atravessaram o conjunto da sociedade, e o debate acadêmico foi um dos seus fóruns. A transição foi, na verdade, o nome dado aos grandes embates entre forças que lutavam por (e contra) diferentes projetos de democracia. Exatamente porque explicitam, de modo coerente, projetos políticos que estavam vivos nos conflitos sociais é que as interpretações da transição ganham relevância como documentos insubstituíveis da história política recente.

Foram estes conflitos, nos quais, pela experiência da luta, os próprios lutadores se reconstruíam, um espaço privilegiado de formação do Brasil contemporâneo. Podemos constatar, hoje, que a transição terminou por adquirir o caráter de luta pela reconstrução da hegemonia burguesa, um processo que só se completou bem depois da consolidação institucional da democracia liberal, concluída em 1988, com a Constituição, e 1989, com eleições diretas para presidente. Por isso, este texto se apresenta como o passo inicial da elaboração de uma proposta de compreensão histórica do presente, o que só é possível se o presente é concebido como duração, momento no interior de um movimento, e não como ponto fora da história.

A transição e suas interpretações acadêmicas: aproximações.

Em meados da década de 70 do século passado, a ordem política instituída após o golpe civil-militar de 1964 dava sinais de esgotamento. Quaisquer que fossem as opiniões sobre as causas das crises que abalaram os pilares de sustentação da ditadura, um ponto se tornou cada vez mais consensual entre os analistas políticos após as eleições de 1974, nas quais o partido de oposição obteve uma votação expressiva: havia uma crise e ela era profunda o suficiente para por na ordem do dia a discussão sobre a transição. Até mesmo o discurso de alguns dos mais importantes gestores militares do regime, como os generais Golbery do Couto e Silva e Ernesto Geisel, encaminhavam projetos de “distensão” que admitiam, de algum modo, a necessidade de mudanças⁴. A agenda política do país – isto é, a pauta de discussões da sociedade política, destacada pela grande imprensa diária – nos governos Geisel e Figueiredo foi comandada pela administração da crise e pela discussão de alternativas.

O que confere grande profundidade histórica ao problema da transição é, no entanto, o fato de que ele não diz respeito somente às questões pertinentes à ordem institucional do país e nem apenas aos agentes da sociedade política (parlamentares, detentores de mandatos executivos, magistrados, partidos legais). A crise da ditadura significava uma encruzilhada histórica para os grupos sociais dominantes, que percebiam o risco contido na ameaça de perda de eficácia dos mecanismos de dominação política garantidos pelo regime militar. A ditadura foi a forma de dominação política preferencial das frações hegemônicas da classe dominante brasileira enquanto duas condições principais eram satisfeitas. Primeiro, o protesto, as formas de organização e luta dos subalternos, sobretudo dos trabalhadores assalariados, eram sufocados *manu militari*, o que permitiu intensificar a exploração do trabalho e assim expandir a taxa de mais-valia. O resultado desta contenção da luta operária foi a extração de quantidades extraordinárias de mais-valia que, num contexto em que o gasto público criava favorecimentos adicionais para o grande capital, produziram os enormes lucros do período conhecido como o “*milagre econômico*”⁵.

⁴ Cf. o estudo jornalístico de GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

⁵ Cf. SINGER, Paul. *A Crise do Milagre*. 8. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

A segunda condição dependia da primeira. A coesão política dos grupos dominantes e de setores hegemônicos por eles em torno da ditadura baseava-se na partilha, mesmo desigual, dos frutos materiais do “milagre econômico”. Setores empresariais beneficiados pelo enquadramento do movimento sindical, pelos investimentos do governo em infra-estrutura e pela expansão do crédito, latifundiários beneficiados pelo sufocamento das lutas no campo e por diversos mecanismos de proteção econômica, grupos financeiros e setores médios urbanos favorecidos pelo relativo aumento de rendimentos e pela expansão das possibilidades de consumo (sobretudo de bens duráveis) compuseram o arco de sustentação política da ditadura.

Por isso, quando o “milagre” parou de funcionar e quando personagens que deveriam ser mantidos à margem (os subalternos) começaram a “entrar em cena”⁶, os laços que uniam os grupos sociais dominantes em torno do regime militar começaram a afrouxar rapidamente. E foi isso o que começou a acontecer na segunda metade dos anos 70. Havia, em todos aqueles grupos, setores para os quais a ditadura era um fim em si mesmo. Estes eram, porém, minoritários. Para todos os demais, a crise representava a emergência de um problema histórico cuja urgência se tornava maior com o correr do tempo: a necessidade de encaminhar a recomposição da dominação política burguesa em bases novas, ou seja, como construir a transição e assegurar que ela transcorresse “pelo alto”, excluindo qualquer iniciativa autônoma dos subalternos.

Se os grupos dominantes encontravam-se numa encruzilhada histórica, os subalternos viam abrirem-se espaços intersticiais cada vez mais amplos para as suas lutas. Recrudesceram as experiências de luta e apareceram formas organizativas novas, ao lado de antigas que foram retomadas. A contestação da ditadura era um ponto de articulação entre todos os movimentos realizados pelos grupos subalternos, mas havia muitas maneiras diferentes de ser contra a ditadura. Ao contrário dos grupos dominantes, que atuavam a partir

⁶ A expressão é uma remessa óbvia ao conhecido livro de SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. 2ª ed., São Paulo, Paz e Terra, 1988. Há vasta bibliografia sobre a emergência dos movimentos sociais das classes subalternas a partir do final dos anos 70. A título de amostra: KRISCHKE, Paulo e MAINWARING, Scott (orgs.) *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição*. Porto Alegre, L&PM, 1986; ANTUNES, Ricardo. *A Rebelião do Trabalho*. 2ª. ed., Campinas, Edunicamp, 1992; BARGAS, O. e RAINHO, Luis Flávio. *As Lutas Operárias e Sindicais dos Metalúrgicos em São Bernardo (1977/1979)*. S. Bernardo, Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de S. Bernardo, 1983; MOISÉS, José Alvaro. *Lições de Liberdade e de Opressão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

da plataforma comum de uma “transição pelo alto”, a direção das lutas dos grupos subalternos era um problema em aberto. As forças que tinham dirigido os movimentos sociais no período anterior ao golpe exibiam as seqüelas dos ataques perpetrados pela ditadura: estavam desorganizadas ou, aquelas que ainda podiam contar com uma estrutura de alcance nacional, encontravam-se debilitadas pelo esgarçamento dos seus vínculos orgânicos com as bases. As novas experiências de protesto e organização, por seu turno, operavam quase sempre de maneira fragmentada, nas esferas locais, já que a articulação nacional das lutas era impedida. Do ponto de vista dos subalternos, a crise da ditadura significou tanto a possibilidade de atuar organizadamente em defesa de interesses concretos como a descoberta da inexistência, no primeiro momento, de um projeto em condições de *hegemonizar a luta contra-hegemônica*.

A crise da ditadura e a transição devem ser considerados, portanto, como um problema de Estado, mas no sentido gramsciano de *Estado ampliado*. O que estava em questão era muito mais do que as formas institucionais ou o comportamento dos agentes políticos: o problema incidia sobre a própria organização da dominação de classe no terreno da sociedade política e também (*et pour cause*) no da sociedade civil. Por isso mesmo o debate sobre a transição adquiriu, desde o início, dimensões políticas que ultrapassaram os limites dos espaços acadêmicos em que se construíram as interpretações mais conhecidas daquele momento histórico.

Na verdade, seria mais apropriado dizer que as pesquisas acadêmicas sobre a transição produziram interpretações que refletem intensamente o debate entre os diferentes projetos políticos existentes na sociedade. O que ainda está por ser feito é analisar criticamente e caracterizar as interpretações da transição que se tornaram mais influentes nos circuitos intelectuais e políticos em que o debate se desenrolou. Análises preliminares da produção intelectual sobre a transição permitiram identificar certas características presentes em várias obras e que se sobressaem, seja pela freqüência, seja pela centralidade que adquirem nas explicações que propõem. A consideração destas características, realizada aqui em caráter hipotético, permite-nos formular algumas questões que podem inspirar investigações futuras.

A primeira é a existência de uma clara tendência à autonomização do político e da política em várias abordagens. A transição aparece, então, como o estado de um “jogo” (a expressão aparece em algumas obras) – a política – e a análise consistiria em estabelecer quais

são os “jogadores” e quais as “regras”. Mesmo quando a metáfora do “jogo” está ausente, a política é concebida como um sistema fechado ou semi-fechado, e as fronteiras do sistema coincidem, não por acaso, com os limites institucionais da prática dos agentes no âmbito restrito da sociedade política. Autores como Stepan, Przeworsky, Mainwaring e Reis⁷ possuem obras nas quais esta característica se apresenta com muita evidência. Mesmo autores influenciados por perspectivas teóricas que questionam o insulamento da política, como Marco Aurélio Nogueira⁸, terminam por reproduzir esta característica ao cabo do seu esforço de valorização das instituições da democracia burguesa.

Uma segunda característica das interpretações correntes sobre a transição é a mitigação da perspectiva histórica, que se expressa como uma tendência à “naturalização” das categorias de análise ou à adoção de modelos (estruturalistas, funcionalistas ou de *rational choice*). Perspectivas comparadas, como as inspiradas em Poulantzas⁹, ou baseadas em concepções de comportamento político inspiradas pelo liberal-funcionalismo¹⁰ escorregam para planos de análise formal e abstrata, nos quais os conteúdos históricos que escapam dos modelos precisam ser postos em suspensão.

Por seu impacto na academia, notadamente nos cursos de pós-graduação em Ciência Política, um caso particular destas análises deve ser considerado como uma característica à parte: são as análises apoiadas nos recursos teórico-metodológicos da chamada *rational choice* e do individualismo metodológico. Estas abordagens privilegiam o comportamento dos atores, considerados como agentes racionais em busca de fins estabelecidos, e as estruturas de escolha à disposição destes atores. No caso da transição brasileira, o próprio caráter da democracia historicamente existente (denominada de *democracia delegada* por Guillermo O’Donnell) desafiava estas análises. Ao contrário do

⁷ STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 1988; PRZEWORSKY, Adam. Como e onde se bloqueiam as transições para a democracia? In: MOISÈS, José Álvaro e ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (orgs.) *Dilemas da Consolidação Democrática*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989; MAINWARING, Scott P. *Sistemas Partidários em Novas Democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre, Mercado Aberto – Rio de Janeiro, FGV, 2001; REIS, Fábio Wanderley. Consolidação democrática e construção do Estado. Notas introdutórias e uma tese. In: _____. e O’DONNELL, Guillermo. *A Democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo, Vértice, 1988.

⁸ NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As Possibilidades da Política*. São Paulo, Paz e Terra, 1998.

⁹ Cf. POULANTZAS, N. *A Crise das Ditaduras. Portugal, Espanha, Grécia*. 2ª ed., São Paulo, Paz e Terra, 1978.

¹⁰ Cf. REIS, Fábio Wanderley. Partidos, Ideologia e Consolidação Democrática. In: _____. e O’DONNELL, Guillermo. *A Democracia no Brasil: dilemas e perspectivas...* op. cit.

cenário de outros países, no Brasil (e na América Latina) é preciso levar em conta a “incerteza estrutural”¹¹ que impõe dificuldades a quem pretenda reduzir o comportamento político ao cálculo racional de meios e fins. Por outro lado, e mais incisivamente, a emergência de movimentos sociais de massa não encontra explicações adequadas nos modelos do individualismo metodológico – e, no entanto, eles são personagens históricos centrais, o que quer dizer que eles representam uma variável histórica da maior relevância para qualquer compreensão do processo de transição. As abordagens inspiradas pela *rational choice* acompanham a tendência teórica que se consolidou no início do século com a chamada teoria das elites e que consiste em tomar as elites (os “agentes” ou “operadores” políticos relevantes) como sujeitos completos da política. Por esta perspectiva não se leva a sério a necessidade de interrogar as relações orgânicas entre estes “agentes” e as grandes forças sociais, isto é, o problema da construção histórica das representações políticas dos interesses sociais.

Uma última característica a considerar é a constatação de formas diferenciadas de adesão acrítica a alguma variante da concepção procedimental de democracia¹². Norberto Bobbio apresentou, na sua “definição mínima de democracia”, a formulação mais sintética para a moderna concepção liberal da democracia: ela seria “um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível de interessados.”¹³ Pensada como procedimento, pura forma, a democracia “está sim aberta a todos os possíveis conteúdos”, segundo Bobbio. Diante destes possíveis conteúdos a democracia seria neutra, desde que eles estejam comprometidos com o respeito às regras do jogo democrático. Para assegurar a formação das decisões que obrigam a todos, a democracia deve estar aparatada de normas para o processamento de conflitos. Ora, a condição lógica para que este mecanismo processador de conflitos produza decisões que obriguem a todos é que todos reconheçam igualmente a democracia segundo esta concepção, isto é, que todos se reconheçam como iguais perante a democracia. Ao tomar como formalmente iguais aqueles que são objetivamente desiguais,

¹¹ Cf. O'DONNELL, Guillermo, SCMITTER, P. C. e WHITEHEAD, L. *Transitions from authoritarian rule*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1986.

¹² Alguns dos principais sistematizadores contemporâneos da concepção liberal de democracia foram SCHUMPETER, Joseph Alois. *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York, Harper & Row, 1975; DAHL, R. A. *Poliarchy: participation and opposition*. New York, Yale University Press, 1971; _____. *Sobre a Democracia*. Brasília, EdUnB, 2001; BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia. Uma defesa das regras do jogo*. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992; MACPHERSON, C. B. *A Teoria Política do Individualismo Possessivo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

¹³ BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia*, op. cit., p. 12.

HISTÓRIA E CULTURAS

Revista Eletrônica do Mestrado Acadêmico em História da UECE

esta concepção de democracia assume um dos postulados fundamentais do liberalismo e da visão burguesa de mundo.

Não foi Bobbio, mas C. B. Macpherson quem apontou os fundamentos mais profundos da democracia liberal. O “dever político” de acatar as decisões tomadas pelo poder constituído dependeria, segundo Macpherson, da existência de uma igualdade “sob algum aspecto mais fundamental” entre indivíduos evidentemente desiguais em muitos outros aspectos. Esta igualdade “mais fundamental”, suposição de base do liberalismo e condição efetiva para a democracia liberal, vincula-se estreitamente ao mercado:

Enquanto todos estiveram sujeitos à determinação de um mercado competitivo, e enquanto essa aparentemente igual subordinação dos indivíduos à determinação do mercado foi aceita como legítima, ou inevitável por virtualmente todos, havia uma base suficiente para o dever racional de todos os indivíduos frente a uma autoridade política, que podia manter e obrigar a cumprimentos as únicas relações humanas ordeiras possíveis, ou seja, as relações de mercado¹⁴.

Macpherson não se interroga sobre o estatuto da igualdade que o mercado estabelece entre os indivíduos. Mesmo assim, ele reconhece a existência de uma tensão sobre esta igualdade postulada quando o movimento operário põe em andamento o questionamento da própria economia de mercado. Para Macpherson, a democracia liberal não estaria mais assegurada desde que “uma classe operária industrial ganhava uma certa consciência de classe e se articulava politicamente. Os homens já não se viam mais como fundamentalmente iguais numa inevitável sujeição à determinação do mercado”¹⁵.

Se Macpherson estiver correto, como acreditamos, não é estranho que as interpretações realmente destoantes do conjunto de características bosquejado acima tenham aparecido precisamente a partir de intelectuais vinculados a grupos emergentes da classe subalterna naquele período histórico. Análises de conjuntura presentes em teses de certas organizações de esquerda atuantes nos anos 70 e 80 realizavam uma leitura alternativa do momento político e apostavam em perspectivas diferentes de desfecho da crise da ditadura¹⁶.

¹⁴ MACPHERSON, C. B. *A Teoria Política do Individualismo Possessivo*. Op. cit., p. 284.

¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 285.

¹⁶ Ver, por exemplo, as análises de conjuntura realizadas no final dos 70 pelos jornais de esquerda *Em Tempo*, *O Trabalho* e *Convergência Socialista*, todos com alguma influência trotskista. Nos anos 80, a revista *Teoria e Política* publicou vários ensaios que também se orientavam por outras concepções e para outro projeto de democracia.

Concepções significativamente distintas do político, da democracia e da sociedade eram articuladas por estas formulações que, em todo caso, apareciam como leituras engajadas, explicitamente comprometidas com um projeto político, e não como conhecimento acadêmico.

A maior parte da produção acadêmica, no entanto, faz aparecer, em incidência desigual e combinada, as características acima mencionadas. Isto é verdade até mesmo para obras de muitos intelectuais vinculados ao campo de oposição¹⁷. Não deixa de ser surpreendente encontrar concepções semelhantes em obras que divergem agudamente nas interpretações que fazem da transição¹⁸. Do exame mais detido dessas convergências em meio à diversidade de posicionamentos podem emergir pistas para o estudo da configuração de um segmento importante do campo intelectual brasileiro no contexto do fim do regime militar.

O que deve entrar em questão é justamente a investigação das linhas de interpretação da transição contra o pano de fundo histórico da reorganização do Estado no contexto de crise da ditadura. O caminho sugerido é o de compreender por quais mecanismos o debate acadêmico se apropria e constrói formas de exprimir, de modo coerente e segundo uma arquitetura conceitual determinada e significativa por si mesma, as profundas tensões sociais e políticas que emergiam no período. Os modos de ver, decerto, se estabelecem a partir de lugares que guardam relação com as próprias formas de poder. Por isto a linha de investigação proposta aqui deverá fornecer elementos para pensarmos sobre os nexos entre o pensamento político acadêmico brasileiro e seus agentes e as formas de atuação política das forças sociais e para explicarmos as convergências de fundo entre as mais influentes interpretações da transição.

¹⁷ Cf. por exemplo: MOISÉS, José Álvaro. Dilemas da Consolidação Democrática no Brasil. In: _____. e ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (orgs.) *Dilemas da Consolidação Democrática*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989; WEFFORT, Francisco C. Incertezas da Transição na América Latina. In: MOISÉS, José Álvaro e ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (orgs.) *Dilemas da Consolidação Democrática*. Op. cit.; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989; WEFFORT, Francisco. *Por Que Democracia?* 4ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1986; WEFFORT, Francisco. *Qual Democracia?* São Paulo, Companhia das Letras, 1992; LAMOUNIER, Bolivar. O “Brasil autoritário” revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 1988; LAMOUNIER, Bolivar e CARDOSO, Fernando Henrique (orgs.) *Os Partidos e as Eleições no Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978; COUTINHO, Carlos Nelson. *A Democracia como Valor Universal*. São Paulo, Ciências Humanas, 1980; VIANNA, Luis Werneck. *A classe operária e a abertura*. São Paulo, Cerifa, 1983. Uma importante exceção a esta lista são as obras de Florestan FERNANDES, dentre as quais *Nova República?* Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1986..

¹⁸ Comparar, por exemplo, as análises de Francisco Weffort com as de Fábio Wanderley Reis nos textos já citados acima.